



APROVADO  
Em 08/07/2021  
Por 8x0 (12) e 8x0 (22)  
Presidente

**PROJETO DE LEI Nº 016/2021**

**Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal a implantar o Programa denominado “Caminhos da Produção no Campo” e dá outras providências.**

A Prefeita do Município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, apresenta à Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Como forma de fomento e incentivo à produção e desenvolvimento rural do município, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar o programa denominado “CAMINHOS DA PRODUÇÃO NO CAMPO”.

**Art. 2º.** São objetivos do programa:

- I - fomentar a atividade rural;
- II - incentivar projetos que visem a recuperação ou conservação do solo e meio ambiente;
- III - facilitar o escoamento da produção agropecuária;
- IV - possibilitar condições de melhorias nas propriedades;
- V - incentivo a sericultura e agropecuária.

**Art. 3º.** A execução do programa previsto por esta Lei será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, com apoio da Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

**Art. 4º.** A solicitação dos serviços constantes nesta Lei deverá ser efetuada mediante requerimento protocolado junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, contendo a especificação dos serviços necessários.

**Art. 5º.** Os requerimentos serão solicitados mediante cadastro, contendo informações socioeconômicas da unidade familiar, finalidade e tipo de serviço.

**CAPÍTULO II  
DOS BENEFICIÁRIOS**

**Art. 6º.** Poderá ser beneficiário do Programa todo munícipe, pessoa física ou jurídica, devendo atender aos seguintes requisitos:

- I - ser proprietário, cessionário, arrendatário, comodatário ou em situação similar de posse;
- II - ter, na produção agropecuária, agrícola ou agroindustrial, sua principal atividade econômica ou meio de subsistência;
- III - ser inscrito e estar com sua inscrição de produtor rural ativa;



# PREFEITURA DE **SÃO MATEUS DO SUL**

IV - estar em dia com todos os tributos municipais;

V - quando for o caso, apresentar Memorial Descritivo sucinto do projeto a ser implantado, com ART e, quando necessário, o respectivo licenciamento ambiental.

**Parágrafo único.** Considera-se pessoa jurídica para fins desta lei, as agroindústrias familiares, cooperativas de agricultores familiares e agroindustriais e associações de moradores e de produtores rurais.

## **CAPÍTULO III** **DOS SERVIÇOS, DA EXECUÇÃO, VALORES, PRAZOS E PAGAMENTO**

### **Seção I** **Dos serviços**

**Art. 7º.** Consideram-se serviços para fins desta lei:

I - execução de serviços de conservação e recuperação de estradas de acesso, e dentro das propriedades rurais;

II - realização de terraplanagem para construção de empreendimentos agropecuários, estruturas agrícolas e residenciais, na área rural;

III - transporte de cascalho e materiais similares;

IV - atendimentos à hortifruticultura, piscicultura e construção/melhorias em bebedouros para pecuária, mediante participação em programas e projetos específicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

V - construção de bueiros e outros serviços que possam trazer melhorias para as propriedades rurais;

VI - transporte de composto orgânico em programas específicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

VII - confecção de canteiros para produtores de hortaliças, inscritos em programas específicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

VIII- transporte do casulo do bicho-da-seda;

IX- programa de inseminação artificial;

X - outros serviços que cumpram os objetivos do Programa.

**§1º** A coordenação e execução dos serviços referentes aos itens VI, VII, VIII e IX serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

**§2º** Os serviços para fins residenciais, constante do item II, serão realizados mediante comprovação da inscrição em programa habitacional municipal/estadual/federal e/ou parecer da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**§3º** Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental e a legislação municipal.





# PREFEITURA DE **SÃO MATEUS DO SUL**

**§4º** Os serviços que dependerem de autorização e de licença ambiental dos órgãos competentes só serão executados, pelo município, mediante a apresentação, pelo produtor rural a ser atendido, das devidas licenças.

## **Seção II** **Da execução dos serviços**

**Art. 8º.** O serviço será de no máximo 10 (dez) horas-máquina por beneficiário, podendo ser renovado o pedido, respeitando o prazo mínimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias entre uma prestação de serviço e a outra.

**§1º** Quando for imprescindível ultrapassar a quantidade de horas-máquinas, sob pena de restar prejudicado os serviços, o caso será analisado e autorizado pelo Secretário Municipal de Obras.

**§2º** O recurso devido, por motivo de não execução do serviço, será restituído ao produtor que apresente relatório circunstanciado e, também, a guia de pagamento, em até 30 (trinta) dias, à Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 9º.** Os serviços previstos nesta Lei poderão ser executados com maquinário do município e/ou de terceiros contratados pelo município, atendendo as disposições legais pertinentes e/ou por máquinas e equipamentos de órgãos governamentais, mediante convênio ou consórcio intermunicipal.

**Art. 10.** O atendimento das solicitações dos serviços será realizado mediante cronograma mensal da Secretaria Municipal de Obras.

**§1º** Na elaboração de roteiros e cronogramas, deverá ser considerado, prioritariamente, o atendimento à propriedade com infraestrutura inexistente ou cuja precariedade possa comprometer a produção ou seu escoamento.

**§2º** Poderá haver alterações na ordem de execução, para atendimento de situações emergenciais e, por necessidade técnica, com a intervenção e anuência do Secretário Municipal de Obras.

**Art. 11.** A execução dos serviços obedecerá à disponibilidade de máquinas, equipamentos e pessoal, de acordo com as possibilidades e limites orçamentários da Secretaria Municipal de Obras.

**Art. 12.** O operador de máquina/motorista deverá controlar o número de hora-máquina empregada na execução dos serviços, apresentando a guia de serviços ao agricultor/produtor e à Secretaria Municipal de Obras.

**Art. 13.** Após a conclusão dos serviços, o operador de máquinas/motorista apresentará ao beneficiário um relatório contendo o número total de horas e cargas



# PREFEITURA DE **SÃO MATEUS DO SUL**

dos serviços prestados, o qual deverá ser assinado e posteriormente arquivado na Secretaria Municipal de Obras.

## **Seção III**

### **Dos Valores, Prazos e Pagamento**

**Art. 14.** Para o cálculo dos preços dos serviços referidos nesta lei será utilizada a tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, com referência ao mês de junho de cada ano.

**Art. 15.** Fica autorizado o Poder Executivo conceder subsídio de 50% (cinquenta por cento) do valor dos serviços descritos na tabela SINAPI.

**Parágrafo único.** Para fins do incentivo e subsídio que trata este artigo, excetua-se o item VII, do artigo 7º, que versa sobre a confecção de canteiros, pois este se trata de serviço gratuito.

**Art. 16.** No caso de serviços de transporte com caminhão, será cobrado, do produtor, o valor correspondente a 2 (duas) UFM – Unidade Fiscal Municipal, por viagem realizada.

**Art. 17.** Como incentivo à Sericicultura, será fornecido o transporte do casulo do bicho-da-seda, sendo cobrado o valor correspondente a 01 UFM.

**Art. 18.** Nos serviços referentes à inseminação artificial será cobrado 50% sobre 01 UFM - Unidade Fiscal Municipal.

**Art. 19.** Poderá ocorrer isenção para agricultores familiares, desde que, apresentem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativa; famílias em risco e alta vulnerabilidade social, mediante solicitação e comprovação de inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) e parecer social dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

**Art. 20.** Para a utilização dos serviços, o interessado deverá recolher, antecipadamente aos cofres públicos, o valor referente ao tempo de duração do trabalho realizado, conforme parecer e indicação técnica da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

**Art. 21.** Verificando-se que o número de hora-máquina efetivamente empregado no serviço foi maior que o previsto e antecipadamente pago pelo requerente, este fica obrigado a complementar o valor através de guia DAM - Documento de Arrecadação Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do término do serviço.

**Art. 22.** Os produtores que descumprirem as obrigações constantes da presente lei ficarão impedidos de utilizar novamente do maquinário municipal pelo prazo de 05 (cinco) anos.





# PREFEITURA DE SÃO MATEUS DO SUL

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 23.** A Secretaria Municipal de Obras e a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, em conjunto com as demais Secretarias Municipais, adotarão medidas que se fizerem necessárias para impedir o desvio de uso e finalidade da maquinaria do Município.

**Art. 24.** O servidor público ou mesmo terceirizado que prestar serviços em desacordo com esta lei ficará responsável pelo ressarcimento do valor, independentemente de outras sanções de ordem administrativa e demais prejuízos que eventualmente causar ao erário público.

**Art. 25.** As receitas auferidas pelos serviços prestados através da presente Lei serão revertidas para ações do próprio Programa.

**Art. 26.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 27.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Leis 2.278/2013 e 2.883/2019.

Paço Municipal, 26 de maio de 2021.

FERNANDA GARCIA  
SARDANHA:025608  
50990

Assinado de forma digital por FERNANDA GARCIA  
SARDANHA:02560850990  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=000001010038241,  
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e-CPF A1, ou=AC SERASA RFB vS,  
ou=28846803000180, ou=PRESENCIAL,  
cn=FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990  
Dados: 2021.07.01 16:44:44 -03'00'

Fernanda Garcia Sardanha  
Prefeita Municipal



# PREFEITURA DE SÃO MATEUS DO SUL

## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei se justifica pela necessidade de regulamentação para funcionamento de programa que busca atender os agricultores e produtores rurais do Município de São Mateus do Sul, de forma individualizada, associada ou mesmo cooperativa.

O referido programa é um mecanismo de política pública permanente para apoio a atividade rural e fomento à produção e desenvolvimento do município, tendo por objetivo auxiliar na execução de obras de infraestrutura e, conseqüentemente, facilitar o escoamento da produção agropecuária, melhorando a qualidade de vida dos moradores, produtores e trabalhadores do campo.

Ao se estabelecer tais incentivos estaremos fomentando a produção agropecuária, agrícola e/ou agroindustrial, bem como, organizando o abastecimento alimentar, promovendo o desenvolvimento econômico e social de nosso Município.

Importante consignar que o presente projeto é de interesse público relevante já que todos os munícipes são beneficiados com os impostos arrecadados através do aumento das produções agropecuárias, agrícolas e/ou agroindustriais.

Insta salientar que o programa vai atender aproximadamente 17.600 pessoas que residem na zona rural do município, num total de 3.406 estabelecimentos agropecuários, distribuídos numa área de aproximadamente 85.000 ha, conforme dados do IPARDES - Caderno do Municípios – 2021; e cuja produção agropecuária ocupa o 23º lugar no ranking estadual, segundo dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB).

Dessa feita, com a matéria proposta, evidenciado fica o interesse público na consecução deste objeto, entendendo como salutar a proposta que ora apresentamos, solicito análise, votação e aprovação dessa Casa de Leis.

Paço Municipal, 1º de julho de 2021.

FERNANDA GARCIA  
SARDANHA:0256085  
0990

Assinado de forma digital por FERNANDA GARCIA  
SARDANHA:02560850990  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=000001010038241,  
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A1, ou=AC SERASA RFB v5, ou=28846833000180,  
ou=PRESENCIAL, cn=FERNANDA GARCIA  
SARDANHA:02560850990  
Dados: 2021.07.01 16:45:23 -03'00'

Fernanda Garcia Sardanha  
Prefeita Municipal